



Prevcummins



RELATÓRIO ANUAL 2015

SUMÁRIO

Mensagem da Diretoria	3
Administração da PrevCummins	4
Glossário.....	5
Educação Financeira e Previdenciária.....	6
Principais Acontecimentos	7
PrevCummins em Números	8
Rentabilidade.....	9
Resumo do Demonstrativo de Investimentos.....	10
Nível de Adesão e Contribuição ao Plano 2015	12
Participantes	13
Resultados Acumulados	14
PGA – Plano de Gestão Administrativa	15
Administração Externa	16
Política de Investimentos para 2016	17
Demonstrações Financeiras.....	18
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis.....	25
Relatório dos Auditores Independentes.....	38
Parecer Atuarial	39
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo	46
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal.....	47
Ata de Reunião Ordinária da Diretoria Executiva	48

EXPEDIENTE

O Relatório Anual 2015 é uma publicação da PREVCUMMINS SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA dirigida aos Participantes Ativos e Assistidos.

Consultoria de Marketing e Editorial:
Arte da Criação (11) 3567-2011 – www.artedacriacao.com

MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

Elaboramos este relatório com a máxima seriedade, transparência e compromisso com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Apresentamos aqui os resultados de seu Plano de Previdência, obtidos no ano de 2015 e todas as demonstrações financeiras sobre a Entidade, de forma a mantê-lo informado sobre todas as realizações no período.

Com imensa satisfação, aproveito para comunicar nossas principais conquistas e realizações ao longo do último ano.

Lançamos a nova identidade visual da Prevcummins, com o objetivo de desenvolver, de forma objetiva e simples, peças de comunicação voltadas aos três pilares de abordagem do Programa de Educação Financeira e Previdenciária: informar, instruir e orientar.

Os módulos de Educação Financeira (Crédito e Dívidas, Educação Previdenciária e Investimentos) foram organizados em uma programação intensa de palestras com temas variados, contando com a colaboração e atuação de profissionais de nossas Patrocinadoras, para atender aos diversos níveis de conhecimento, oferecendo informação de qualidade, visando as melhores decisões financeiras.

Ao longo de 2015, trabalhamos muito, também, para aprimorar o site da Prevcummins e nossa fanpage. Nesses dois canais de comunicação, você encontra informações sobre o Plano, ferramentas interessantes e conteúdo sobre Educação Financeira e Previdenciária, e Qualidade de Vida.

No âmbito financeiro, em 2015, apesar de todas as turbulências do mercado, sobretudo em função do cenário interno, alcançamos a rentabilidade de 10,45%.



Este relatório lhe trará detalhes sobre nossa performance financeira, além de outros indicadores econômicos para sua referência.

Diante do atual cenário político econômico que envolve nosso país, as perspectivas para 2016 são de um cenário ainda bastante instável. Nossa equipe, altamente comprometida, continua no firme propósito de gerir seus recursos com a máxima seriedade, buscando as melhores alternativas de investimentos.

Renovamos o nosso compromisso com você, Participante, de apoiá-lo na construção do seu futuro e, no caso dos Assistidos, de vivenciar seu pós-carreira com tranquilidade e qualidade de vida, como resultado do seu planejamento financeiro.

Boa leitura!

Diretoria de Comunicação

ADMINISTRAÇÃO DA PREVCUMMINS

Mandato: 16/01/2016 até 16/12/2016

CONSELHO DELIBERATIVO	TITULARES	SUPLENTES	
	Ronaldo de Andrade Florido – PRESIDENTE Fabiano de Luca	Adriana Martineli Barbosa Marcelo Augusto Soares Pereira	NOMEADOS PELAS PATROCINADORAS
	Mauricio Rossi	Rafael Martinez Cecília	ELEITOS
CONSELHO FISCAL	TITULARES	SUPLENTES	
	Roseli Gomez Fernandes Corso – PRESIDENTE Claudia Cristina Amatruda	Fábio Akio Tomizuka Kátia Regina da Silva	NOMEADOS PELAS PATROCINADORAS
	Mirian Midori Kina	Edson Reis Pavani Junior	ELEITOS
DIRETORIA EXECUTIVA	DIRETORAS	RESPONSABILIDADES	
	Silvana Regina de Oliveira	SUPERINTENDENTE	
	Angélica Alves de Araújo	ADMINISTRATIVA E AETQ	
	Delany Kellen Santos Cutrim da Rocha	COMUNICAÇÃO	
COMITÊ DE INVESTIMENTOS	Laurinete Paganotti Resende	BENEFÍCIOS	
	Angélica Alves de Araújo – PRESIDENTE E AETQ	Rafael de Brito Mendes	
	Carlos Alexandre Santana dos Santos	Ronaldo de Andrade Florido	
Criado em 2003	Fabiano De Luca	Silvana Regina de Oliveira	
	Marcelo Augusto Soares Pereira	Willy Der Zweite Schwarzwald	

GLOSSÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

BPD

Participantes com Benefício Proporcional Diferido, ou seja, aqueles que já se desligaram da empresa Patrocinadora mas mantiveram seus recursos no plano e aguardam a elegibilidade a um benefício de aposentadoria.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresenta os fatos contábeis modificativos do Ativo Líquido – adições e destinações – de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Apresenta as destinações dos Planos de Benefícios Previdenciais e assistenciais geridos pela Entidade e da Gestão Administrativa, cuja soma resulta nos valores que aumentam ou diminuem o Patrimônio Social da Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO TÉCNICA

Demonstração que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (Fundo Administrativo e Fundo dos Investimentos).

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e despesas administrativas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conjunto de demonstrativos financeiros que compõem o Relatório Anual de uma empresa.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Radiografia das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios feitas mensalmente pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), mas cuja divulgação para Participantes e Assistedos, por mudanças na legislação, passou a ser anual em 2006.

DESPESA ADMINISTRATIVA

Valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

PARECER ATUARIAL

Documento elaborado pelo atuário que certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data.

PATRIMÔNIO SOCIAL

Diferença entre o valor dos Ativos e dos Passivos operacionais e contingenciais nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e Planos de Benefícios Previdenciais.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), na forma do seu Regulamento.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Sintetiza os objetivos e metodologia na alocação dos recursos de cada um dos Planos administrados pela Entidade. O documento, elaborado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, é fundamental para administração dos recursos dos Planos de Benefícios..

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

QUAIS VALORES VOCÊ TEM TRANSMITIDO AOS SEUS FILHOS?



Pense e responda: qual a sua relação com o dinheiro hoje? O planejamento financeiro tem como regra principal a busca do equilíbrio: viver bem o presente, sem deixar de planejar seu futuro.

A vida financeira deve sim ser organizada, mas não priorizada ao ponto de você ver, no “ter”, seu objetivo principal. Existem muitos outros valores que devem ser reconhecidos e destacados. Você concorda?

É natural que os pais se preocupem com a educação financeira de seus filhos: há vários questionamentos em relação a isso, quanto à melhor hora e forma de ensinar alguns conceitos.

O melhor aprendizado, no entanto, é o exemplo transmitido pelos pais. Ou seja: a forma como você age é o principal ensinamento para seus filhos.

Quais valores você transmite a eles? Vamos a um exemplo: se você diz que “dinheiro” não é tudo, mas costuma analisar as pessoas pelo que elas aparentam ser, por conta da roupa que vestem ou do carro que possuem, cuidado... O mesmo vale para a frase: “nem tudo que é prazeroso se compra”, se você só frequenta lugares caros e prioriza tudo o que seu dinheiro pode adquirir.

Relacionamos ao lado valores importantes a serem transmitidos às crianças, desde cedo. Lembre-se: filhos financeiramente educados se tornam adultos mais seguros e bem-sucedidos no futuro, em todos os aspectos da vida, não apenas o financeiro. Capriche!

- importância de constituir bons relacionamentos;
- reconhecer o valor do trabalho;
- cultivar a amizade;
- respeitar as diferenças;
- não julgar;
- saber dividir;
- ser solidário;
- valorizar o tempo em família e com amigos;
- fazer bom uso do dinheiro, sem dar a ele mais importância do que efetivamente tem;
- ver, na saúde, seu principal patrimônio;
- estar sempre disposto a aprender;
- ser humilde;
- estar aberto ao novo;
- ser responsável;
- reconhecer direitos e deveres;
- pensar no bem coletivo;
- ser um consumidor consciente;
- adotar atitudes ambientalmente responsáveis.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA FUTURO PRESENTE

O Programa tem como objetivo promover a capacitação dos Participantes e Assistidos em relação ao planejamento e a saúde financeira e previdenciária.



AÇÕES DO PROGRAMA

A seguir, relacionamos uma série de ações previstas para Participantes e Assistidos, das quais você pode e deve participar, visando aprender e reunir elementos vitais para a construção do seu futuro:

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

LANÇAMENTO DE PERFS DE INVESTIMENTO

- Palestras;
- Planilha de Orçamento Doméstico;
- Cartilhas, guias e fascículos;
- Vídeos;
- Comunicados etc.
- Questionário de Avaliação de Perfil;
- Plantão de Dúvidas;
- Certificação e treinamento;
- Simulador para Assistidos;
- Folheto sobre as regras do Plano.



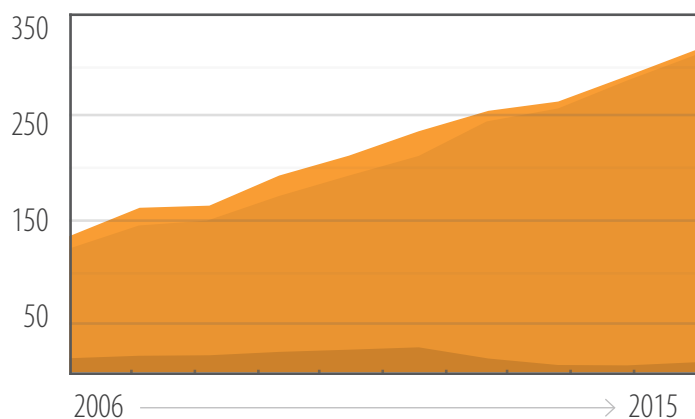
ALTERAÇÃO DO PRESTADOR DE AUDITORIA

Iniciamos o trabalho de auditoria com a KPMG Auditores Independentes.

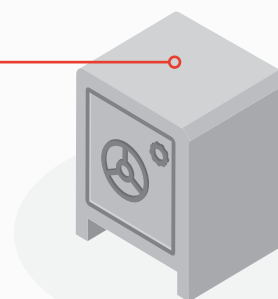
PREVCUMMINS EM NÚMEROS

PATRIMÔNIO SOCIAL

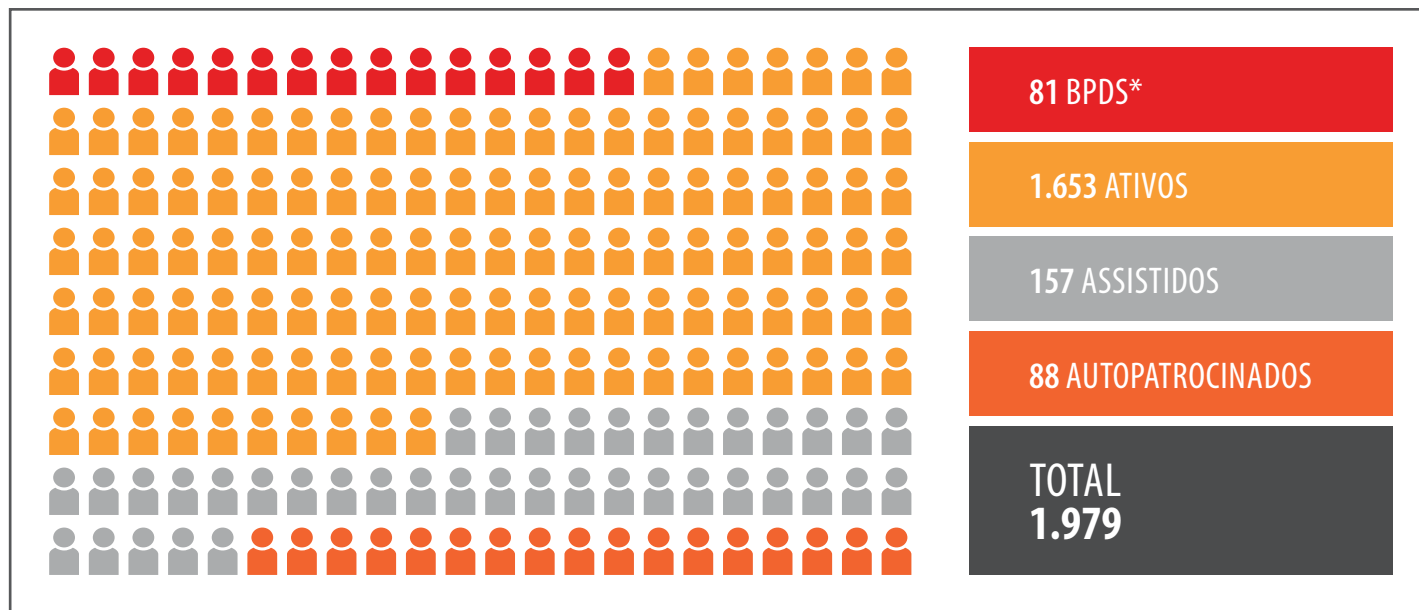
O patrimônio da PrevCummins ultrapassou R\$ 310 milhões em 2015.



R\$
310.653
MILHÕES



PARTICIPANTES

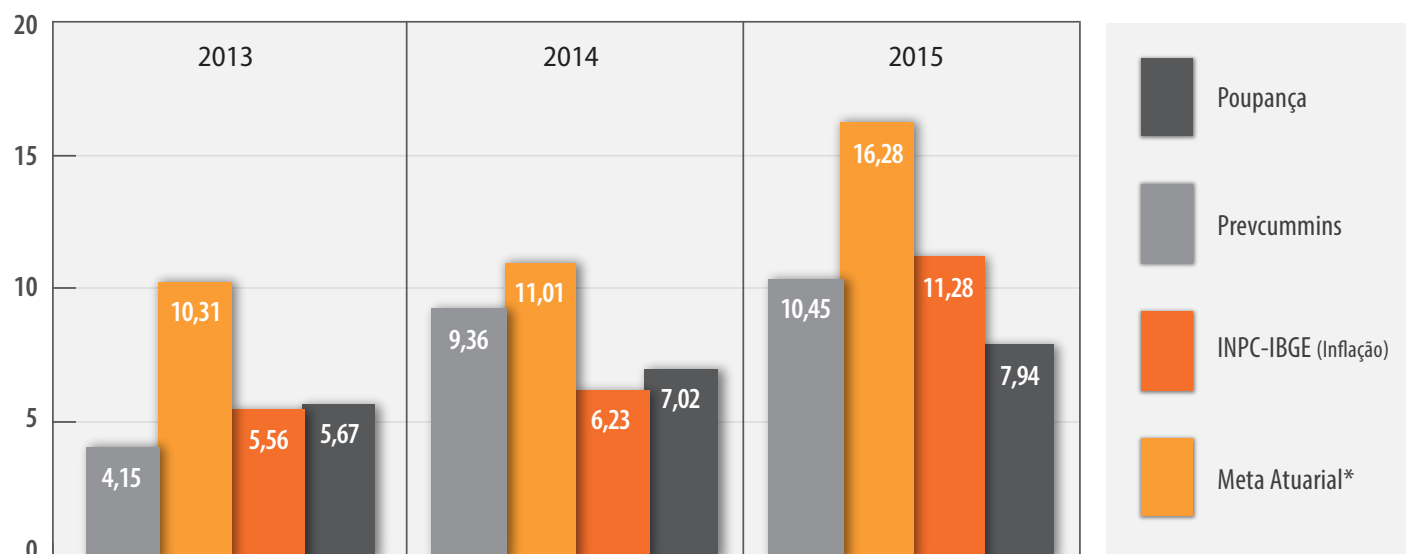


* BPD - Benefício Proporcional Diferido: Participantes que já se desligaram da empresa Patrocinadora mas mantiveram seus recursos no Plano e aguardam a elegibilidade a um benefício de aposentadoria.

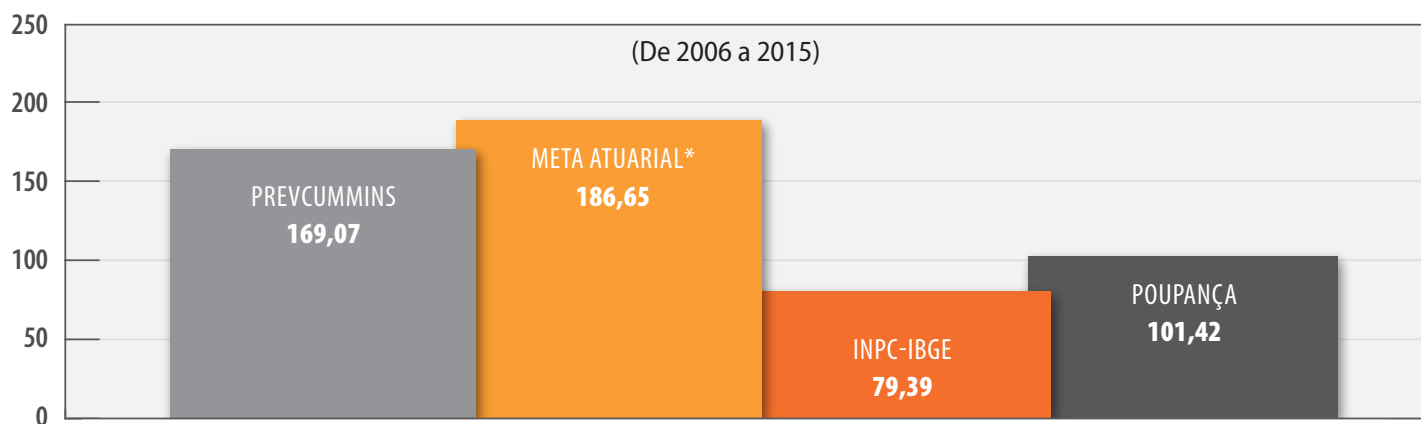
RENTABILIDADE

Os Participantes Assistidos do Plano de Contribuição Definida da PrevCummins tiveram seus Benefícios reajustados em 10,45% acumulados de janeiro a dezembro de 2015.

ACUMULADO ANO A ANO (%)



ACUMULADO NO LONGO PRAZO (%)



* Índice da Meta Atuarial (INPC + 4,5%)

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

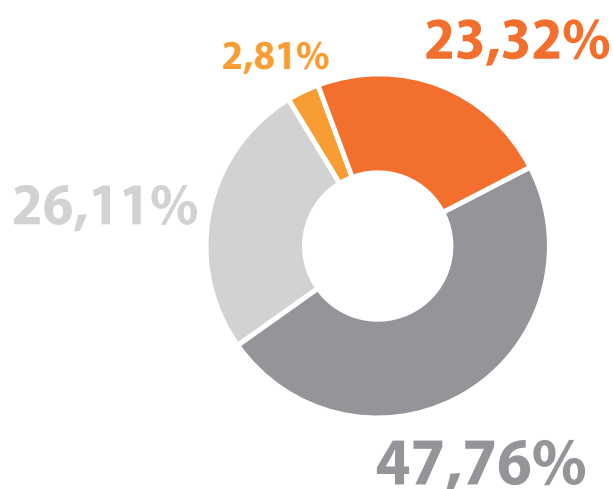
POSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Distribuição da carteira de investimentos por gestores e segmentos de aplicação (31/12/2015 – Em R\$ mil)

GESTORES		INVESTIMENTOS		
		RENDA FIXA	RENDA VARIÁVEL	TOTAL
BRADESCO	R\$ mil	72.459	-	72.459
	%	100,00	-	100,00
ITAÚ-UNIBANCO	R\$ mil	148.368	-	148.368
	%	100,00	-	100,00
BNP PARIBAS	R\$ mil	81.099	-	81.099
	%	100,00	-	100,00
GUEPARDO	R\$ mil	-	8.726	8.726
	%	-	100,00	100,00
TOTAL DOS ATIVOS	R\$ mil	301.926	8.726	310.652
	%	97,19	2,81	100,00

CARTEIRA TOTAL			LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
INVESTIMENTOS	R\$ mil	%	
RENDA FIXA	301.926	97,19	Até 100%
RENDA VARIÁVEL	8.726	2,81	Até 30%
TOTAL	310.652	100,00	Legislação atual CMN 3792/09

PARTICIPAÇÃO NO PATRIMÔNIO TOTAL



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS

Compare o retorno dos investimentos da Prevcummins com as respectivas unidades de referência (*benchmark*) para cada segmento de aplicação.

RENDA FIXA	RETORNO PREVCUMMINS		12,90%
	CDI		13,23%
RENDA VARIÁVEL	RETORNO PREVCUMMINS	-36,23%	
	IBX100		-10,67%
CONSOLIDADO	RETORNO PREVCUMMINS		10,69%
	CDI + 1,3%		14,69%
PREVCUMMINS	RETORNO PREVCUMMINS		10,45%
	INPC + 4,5%		16,28%

NÍVEL DE ADESÃO E CONTRIBUIÇÃO AO PLANO 2015

IDADE		POR FAIXA ETÁRIA					TOTAL	%
Elegíveis a contribuir	< 30	204	163	14	-	-	381	79
Contribuintes		146	144	11	-	-	301	
% médio de contribuição		3,03%	3,97%	3,57%	-	-	3,45%	
Elegíveis a contribuir	30 a 40	259	285	165	12	1	722	89
Contribuintes		219	261	149	10	1	640	
% médio de contribuição		3,71%	4,11%	4,08%	4,00%	5,00%	3,96%	
Elegíveis a contribuir	40 a 50	132	145	67	13	8	365	86
Contribuintes		109	130	53	13	8	313	
% médio de contribuição		3,67%	4,22%	3,76%	5,00%	5,00%	3,98%	
Elegíveis a contribuir	> 50	35	52	22	10	3	122	85
Contribuintes		28	43	20	10	3	104	
% médio de contribuição		3,69%	4,02%	4,27%	4,60%	5,00%	4,04%	
85% é o índice de adesão ao Plano para os Participantes elegíveis.								

Fonte: Willis Towers Watson



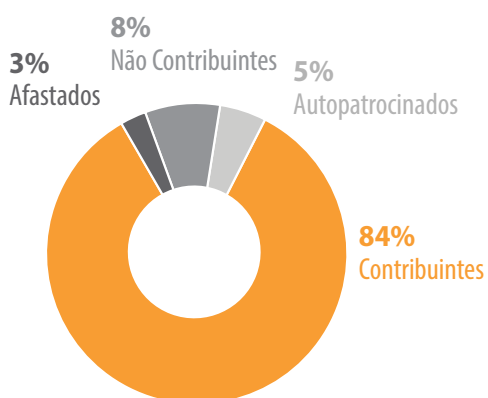
PARTICIPANTES

PARTICIPANTES ATIVOS – DEZ 2015	PATROCINADORAS				TOTAL	%
ATIVOS	CUMMINS	FILTROS	DISTRIBUIDORA	PREVCUMMINS		
Empregados contribuintes	1.155	100	196	3	1.454	84
Empregados não contribuintes	120	7	17	0	144	8
Autopatrocinados – Ex-empregados contribuintes	76	6	6	0	88	5
Empregados não contribuintes (afastados)	53	2	0	0	55	3
TOTAL	1.404	115	219	3	1.741	100

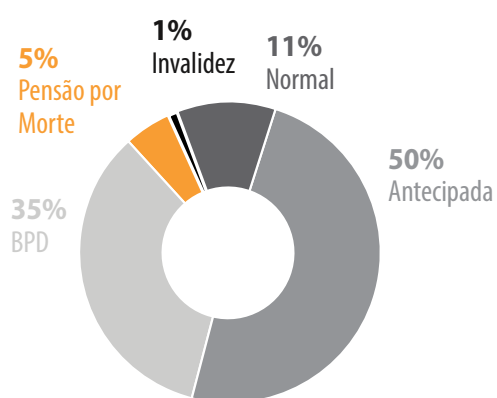
PARTICIPANTES ASSISTIDOS – DEZ 2015	BENEFÍCIO DEFINIDO*	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			TOTAL	%
ASSISTIDOS	CUMMINS	CUMMINS	FILTROS	DISTRIBUIDORES		
Aposentado normal (> 60 anos)	1	24	0	0	25	11
Aposentadoria antecipada (> 55 e < 60 anos)	6	112	0	1	119	50
Benefício por Invalidez	1	1	0	0	2	1
Pensão por Morte	3	8	0	0	11	5
BPD – Benefício Proporcional Diferido	0	74	5	2	81	35
TOTAL	11	219	5	3	238	100

* Benefício Definido – este Plano de benefícios está fechado. Refere-se ao saldo remanescente de aposentados e pensionistas que recebem Benefício na forma de renda vitalícia.

PARTICIPANTES ATIVOS



PARTICIPANTES ASSISTIDOS



RESULTADOS ACUMULADOS

O gráfico 2 demonstra os resultados acumulados para os Assistidos que optaram em 2006 pela mudança de modalidade de recebimento de benefício de Renda Vitalícia e Renda Certa por 180 meses, para a modalidade Plano de Contribuição Definida (CD). **O ganho foi de 41,16% acima da inflação e de 28,68% acima da Poupança.**

Neste mesmo período, os Assistidos que permaneceram no Plano de Benefício Definido (BD), de renda vitalícia, tiveram um reajuste em seus benefícios de **77,49%, contra 150,54%.**

GRÁFICO 1 – 2015

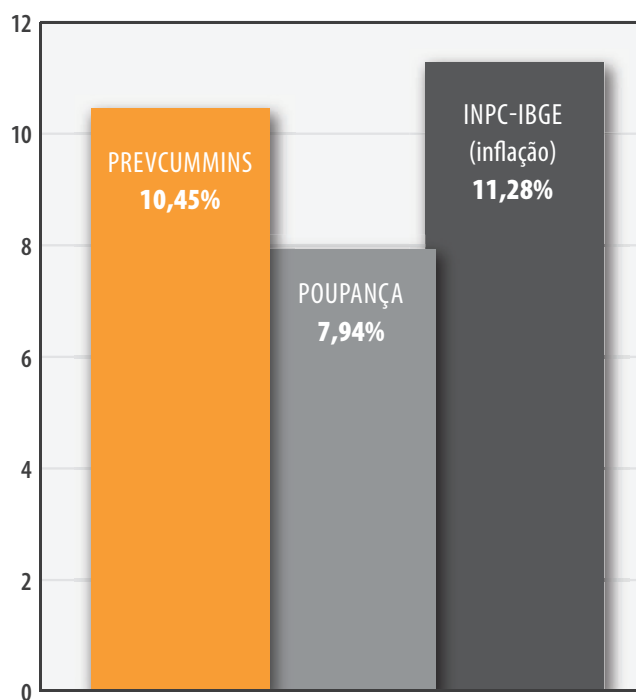
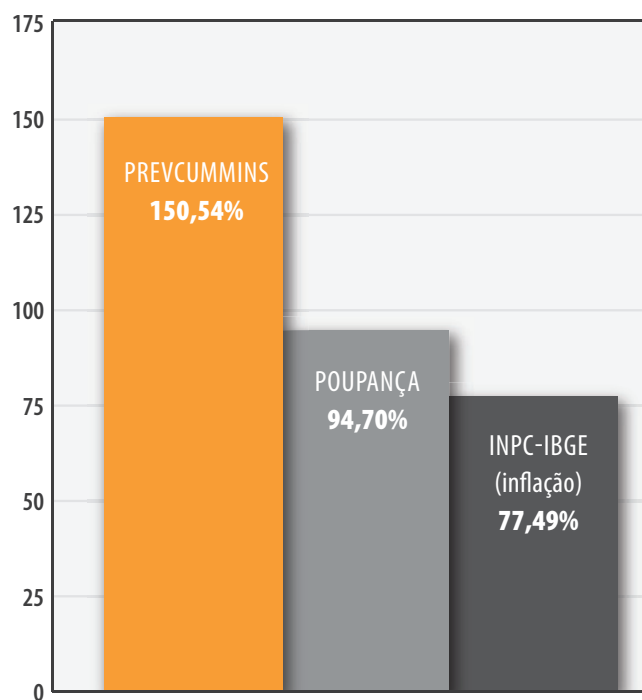


GRÁFICO 2 – DE JUL/2006 ATÉ DEZ/2015



PGA – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA ENTIDADE

Estudo realizado pela PREVIC sobre as Despesas Administrativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, mostra em 2013 a média de 0,91% do patrimônio para as Entidades de porte semelhante a PrevCummins e, para 2014 a média foi de 0,97%. Comparando-se com nosso resultado, 0,54% e 0,56% respectivamente, estamos bem abaixo da média. O resultado para 2015 ainda não foi divulgado pela PREVIC, mas acreditamos que irá repetir o mesmo resultado de forma positiva.

	2013 (R\$)	(%) SOBRE O PATRIMÔNIO	2014 (R\$)	(%) SOBRE O PATRIMÔNIO	2015 (R\$)	(%) SOBRE O PATRIMÔNIO
DESPESAS TOTAIS	1.391.453,82	0,54	1.606.876,19	0,56	1.907.717,64	0,66
Gestão Previdencial	1.246.502,58	0,48	1.420.733,75	0,49	1.653.403,56	0,58
Auditoria Administrativa e Contábil ¹	15.332,70	0,01	10.666,80	0,00	37.933,00	0,01
Consultoria Atuarial	106.466,59	0,04	91.845,15	0,03	131.067,94	0,05
Contribuição a Associação de Classe	15.254,84	0,01	15.605,51	0,01	12.502,57	0,00
Despesas com correio	8.647,66	0,00	10.737,13	0,00	13.405,27	0,00
Despesas legais/judiciais	3.341,16	0,00	2.274,38	0,00	3.476,91	0,00
Gestão/Planejamento Estratégico	417.920,51	0,16	425.731,20	0,15	418.628,16	0,15
Outras Despesas Previdenciais	17.201,65	0,01	31.997,24	0,01	38.755,42	0,01
Pessoal e encargos ²	553.224,98	0,21	578.529,21	0,20	721.333,54	0,25
Propaganda/Publicidade/Comunicação em Geral ³	16.911,40	0,01	25.547,89	0,01	120.855,67	0,04
Reunião dos Assistidos	11.394,60	0,00	1.100,00	0,00	14.515,00	0,01
TAFIC/PIS COFINS e outros Tributos	25.999,59	0,01	24.000,00	0,01	94.932,49	0,03
Tarifas Bancárias	4.404,05	0,00	4.174,78	0,00	4.933,40	0,00
Treinamentos/Congresso/Seminários/Certificações ³	50.402,85	0,02	198.524,46	0,07	41.064,19	0,01
Investimentos	144.951,24	0,06	186.142,44	0,06	254.314,08	0,09
Médias per capita ⁴	683,09		719,60		949,59	

Vejam as observações abaixo sobre algumas variações no custeio de 2015:

- 1) Auditoria – Troca do prestador de serviço regional por um Global
- 2) Pessoal e encargos – Promoção de funcionário "Gerente"
- 3) Palestras, material e estudo de implantação do Perfil de Investimentos
- 4) Participantes (2013 = 2.233; 2014 = 2.009; 2015 = 1.979)

ADMINISTRAÇÃO EXTERNA

Para execução de serviços imprescindíveis para o funcionamento de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, em 31/12/2015 temos contratos firmados com as seguintes empresas:

EMPRESAS	SERVIÇOS
Banco Bradesco S.A.	Administração da Carteira de Investimentos
BNP Paribas Brasil S.A.	
Banco Itaú S.A. Itaúbanco	
Guepardo Investimentos	
Cavezzale Advogados Associados	Assessoria Tributária
KPMG Auditores Independentes	Auditoria Externa
Cummins Brasil Ltda. – Patrocinadora	Compartilhamento de atividades e despesas
Mercer Human Resource Consulting Ltda.	Simulador de Benefícios
IRON Mountain do Brasil Ltda.	Guarda de documentação
Arte da Criação Ltda. ME	Assessoria em Comunicação
Willis Towers Watson Consultoria Ltda.	Serviços Técnico-Atuariais
Luz Engenharia Financeira Ltda	Serviços Técnico-Financeiros de Gestão de Riscos, Mapeamento e Controle de Riscos e Consultoria
JCMB Junqueira de Carvalho, Murgel e Brito Consultores Associados	Cessão de direito de uso de programa de administração de previdência privada
	Sistema de Gestão de Controle dos Riscos Resolução 13 da CNPC
	Serviços Jurídicos Tributários e Consultoria

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2016

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA		
	2015	2016
Meta Atuarial do Plano	INPC + 4,5 a.a	INPC + 4,5 a.a
Objetivo de Retorno Renda Fixa – Fundos Multimercados	Maior entre CDI + 1,3% a.a ou INPC + 4,5% a.a	Maior entre CDI + 1,0% a.a ou INPC + 4,5% a.a
Objetivo de Retorno Renda Variável – Ações IBrX Ativo	IBrX 100 + 2%	IBrX 100 + 2%
Objetivo de Retorno Renda Variável – Investimentos Estruturados	150% do CDI	150% do CDI
Objetivo de Retorno Renda Variável – Investimentos no Exterior	100% do Índice S&P 500	100% do Índice S&P 500
Benchmark – Renda Fixa – Fundos Multimercados	CDI	CDI
Benchmark – Renda Variável – Ações	IBrX 100	IBrX 100
Benchmark – Renda Variável – Investimentos Estruturados	Meta Atuarial do Plano	Meta Atuarial do Plano
Benchmark – Renda Variável – Investimentos no Exterior	Meta Atuarial do Plano	Meta Atuarial do Plano
Limite de Alocação em Renda Fixa – Fundos Multimercados	100%	100%
Limite de Alocação em Renda Variável – Ações	30%	20%
Limite de Alocação em Renda Variável – Investimentos Estruturados	3%	3%
Limite de Alocação em Renda Variável – Investimentos no Exterior	2%	2%
Limite de VaR diário	1,50% a.d. consolidado	1,00% a.d. consolidado
Limite de Operações com Participantes	Não é permitido	Não é permitido
Limite FIEX	Não é permitido	Não é permitido
Limite Imóveis	Não é permitido	Não é permitido
Controle de Preservação de Capital	Não se aplica	Não se aplica

Observação:

A redução na alocação em Renda Variável foi motivada pela volatilidade que observou-se em 2015 e a falta de expectativa de melhora para o próximo período.

Já o VaR diário foi alterado para 1% apenas para o alinhamento da relação risco e retorno.

Quanto a alteração no objetivo de retorno foi mediante um cenário macroeconômico difícil, no qual observa-se cada vez menos oportunidades de prêmios nos instrumentos financeiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

(31/12/2015 e 31/12/2014 – Em R\$ mil)

ATIVO	2015	2014
DISPONÍVEL	3	54
REALIZÁVEL	319.668	287.070
Gestão Previdencial	1.118	1.255
Gestão Administrativa	975	1.140
Investimentos	317.575	284.675
Fundos de Investimentos	310.653	284.675
Outros realizáveis	6.922	-
TOTAL DO ATIVO	319.671	287.124

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

(31/12/2015 e 31/12/2014 – Em R\$ mil)

PASSIVO	2015	2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL	490	263
Gestão Previdencial	231	89
Gestão Administrativa	259	174
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7.807	1.003
Gestão Administrativa	885	1.003
Investimentos	6.922	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	311.374	285.858
Patrimônio de Cobertura do Plano	306.356	281.079
Provisões Matemáticas	305.823	280.364
Benefícios Concedidos	91.688	68.233
Benefícios a Conceder	214.135	212.131
Equilíbrio Técnico	533	715
Resultados Realizados	533	715
Superávit Técnico Acumulado	533	715
Fundos	5.018	4.779
Fundos Previdenciais	1.304	1.090
Fundos Administrativos	3.714	3.689
TOTAL DO PASSIVO	319.671	287.124

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

(31/12/2015 e 31/12/2014 – Em R\$ mil)

PLANO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	318.527	285.947	11
Disponível	3	54	-94
Recebível	4.832	4.944	-2
Investimento	313.692	280.949	12
Fundos de investimento	306.770	280.949	9
Outros realizáveis	6.922	-	100
2. Obrigações	7.153	89	7.937
Operacional	231	89	160
Contingencial	6.922	-	100
3. Fundos não Previdenciais	3.714	3.689	1
Fundos Administrativos	3.714	3.689	1
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	307.660	282.169	9
Provisões Matemáticas	305.823	280.364	9
Superávit técnico	533	715	-25
Fundos Previdenciais	1.304	1.090	20
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	533	715	-25
a) Equilíbrio Técnico	533	715	-25
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	533	715	-25

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

(31/12/2015 e 31/12/2014 – Em R\$ mil)

	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido – início do exercício	282.169	257.585	10
1. Adições	46.323	41.398	12
(+) Contribuições	17.184	17.434	-1
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	29.139	23.964	22
2. Destinações	(20.832)	(16.814)	24
(-) Benefícios	(19.529)	(14.989)	30
(-) Custeio Administrativo	(1.303)	(1.825)	-29
3. Acréscimo (Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)	25.491	24.584	4
(+) Provisões Matemáticas	25.459	25.565	0
(+/-) Fundos Previdenciais	214	(973)	-122
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(182)	(8)	2.175
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3)	307.660	282.169	9
C) Fundos não Previdenciais	3.714	3.689	1
(+) Fundos Administrativos	3.714	3.689	1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(31/12/2015 e 31/12/2014 – Em R\$ mil)

	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social – início do exercício	285.858	260.668	10
1. Adições	46.954	41.893	12
(+) Contribuições Previdenciais	15.881	15.608	2
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	29.139	23.964	22
(+) Receitas Administrativas	1.557	2.012	-23
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	377	309	22
2. Destinações	(21.438)	(16.703)	28
(-) Benefícios	(19.529)	(14.989)	30
(-) Despesas Administrativas	(1.908)	(1.607)	19
(-) Constituição (Reversão) Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(1)	(107)	-99
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	25.516	25.190	1
(+) Provisões Matemáticas	25.459	25.565	0
(-) (Déficit) Superávit Técnico	(182)	(8)	2.175
(-) Fundos Previdenciais	214	(973)	-122
(+) Fundos Administrativos	25	606	-96
B) Patrimônio Social – final do exercício (A+3)	311.374	285.858	9

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(31/12/2015 e 31/12/2014 – Em R\$ mil)

	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.689	3.083	20
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.934	2.327	17
1.1. Receitas	1.934	2.327	17
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.303	1.825	-29
Custeio Administrativo dos Investimentos	254	186	37
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	377	316	19
2. Despesas Administrativas	(1.908)	(1.607)	19
2.1. Administração Previdencial	(1.654)	(1.421)	16
Pessoal e Encargos	(722)	(579)	25
Treinamentos/congressos e seminários	(41)	(33)	24
Serviços de terceiros	(740)	(580)	28
Despesas gerais	(56)	(205)	-73
Tributos	(95)	(24)	296
2.2. Administração dos Investimentos	(254)	(186)	37
Serviços de terceiros	(235)	(186)	26
Tributos	(19)	-	100
3. Constituição (Reversões) de contingências administrativas	(1)	(107)	-99
4. (Reversão) de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(7)	100
6. Sobra (Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	25	606	-96
7. Constituição (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	25	606	-96
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	3.714	3.689	1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO TÉCNICA

(31/12/2015 e 31/12/2014 – Em R\$ mil)

	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	314.813	282.258	12
1. Provisões Matemáticas	305.823	280.364	9
1.1 Benefícios Concedidos	91.688	68.233	34
Contribuição Definida	88.492	65.288	36
Benefício Definido	3.196	2.945	9
1.2 Benefícios a Conceder	214.135	212.131	1
Contribuição Definida	214.135	212.131	1
Saldo de contas – parcela Patrocinadores	104.536	109.042	-4
Saldo de contas – parcela Participantes	109.599	103.089	6
2. Equilíbrio Técnico	533	715	25
2.1 Resultados Realizados	533	715	25
Superávit Técnico Acumulado	533	715	25
Reserva de contingência	533	715	25
3. Fundos	1.304	1.090	20
3.1 Fundo Previdencial	1.304	1.090	20
4. Exigível Operacional	231	89	160
4.1 Gestão Previdencial	231	89	160
5. Exigível Contingencial	6.922	-	100
5.2 Investimento – Gestão Previdencial	6.922	-	100

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (31/12/2015 e 31/12/2014 – Em R\$ mil)

1. Contexto Operacional

a. Constituição

A Prevummins Sociedade de Previdência Privada “Prevummins” é uma Entidade Fechada de Previdência Privada, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas Patrocinadoras, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Prevummins foi autorizado pela Portaria nº 3.905 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em 19 de dezembro de 1986, por prazo indeterminado.

b. Objetivo

A Prevummins tem como objetivo a instituição e execução de Planos de Benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral da Previdência Social, voltado aos empregados, vinculados às Patrocinadoras mediante contribuição de seus Participantes, das respectivas Patrocinadoras, ou de ambos, na forma que dispuser os respectivos Planos de Benefícios.

c. Patrocinadoras

O Plano de Benefícios Prevummins é patrocinado pelas seguintes empresas:

- Cummins Brasil Ltda. – principal – adesão em 1986;
- Prevummins Sociedade de Previdência Privada – adesão em 1989;
- Cummins Filtros Ltda – adesão em 2000;
- Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda – adesão em 2001.

d. Característica do Plano

O Plano de Benefícios administrado pela Prevummins está adequado aos Institutos de Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC nº 6, de 30 de outubro de 2003.

A portaria nº 2.303, de 17 de junho de 2008 – DOU de 18 de junho de 2008 autoriza a aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios Prevummins, CNPB nº 19.990.008-38, estruturado sob a modalidade de Contribuição Definida.

e. Benefícios

A modalidade do Plano de Benefícios da Prevummins é de Contribuição Definida. Os Benefícios concedidos são: (a) Aposentadoria Normal; (b) Aposentadoria Antecipada; (c) Benefício por Incapacidade e (d) Benefício por Morte. Conforme Capítulo IX, item 9.8 do Regulamento do Plano de Benefícios Prevummins, o valor do Benefício poderá ser de renda mensal na modalidade renda certa ou percentual de saldo, tendo por opção um saque à vista até 25% do saldo total de conta, em até três parcelas, bem como, dependendo do montante, ser efetuado pagamento único. (e) Autopatrocínio; (f) Benefício Proporcional Diferido; (g) Portabilidade e (h) Resgate de Contribuições.

f. Custeio do Plano

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da Prevummins são originados por Contribuições de suas Patrocinadoras, Participantes Autopatrocinados, Participantes em Benefício Proporcional Diferido e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

g. Participantes

Em 31 de dezembro de 2015 a Prevummins conta com 1.599 Participantes Ativos (1.807 em 2014), 164 Participantes Assistidos (146 em 2014), 79 Participantes em Benefício Proporcional

Diferido – BPD (70 em 2014) e 88 Participantes Autopatrocinados (65 em 2014).

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2015 da PrevCummins estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

A forma de apresentação das Demonstrações Contábeis, contempla as operações do Plano de Benefícios da PrevCummins quanto a Gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, conforme previsto pela resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de Ativos e Passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e Passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcionando informações mais adequadas, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 15 de março de 2016 as quais foram elaborados e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (CNPC), aprovadas pelo Conselho Federal de contabilidade – CFC em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos Ativos e Passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes

à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas Gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas Demonstrações Contábeis da PrevCummins: Balancete do Plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis e Balancete Consolidado.

Em 19 de novembro de 2014 o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução nº 16, alterou a Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011 passando o item IV do Anexo B a vigorar com a redação constante do Anexo a esta Resolução, criando o quadro de informações complementares para a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios. Esta resolução entrou em vigor na data de sua publicação e produziu os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir desta data, e de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Foram promovidas as seguintes alterações:

- Balanço Patrimonial a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos”, visando a adequar às recentes informações exigidas pela Receita Federal na Escrituração Contábil Digital (ECD).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), foi incluída a rubrica “Tributos” bem como foi reposicionada a rubrica “Contingências”. Para a rubrica “Tributos” foi reposicionada em 2014 uma parte do valor alocado em despesas gerais, para fins de comparação.

- Demonstração do Ativo Líquido (DAL) a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos” e a evidenciação do “Equilíbrio Técnico” para a Entidade que registra “ajuste de precificação”.
- Demonstração do Patrimônio Social (DMPS) e na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), foram inseridas informações do referido valor em adições, destinações e acréscimos para os “resultados a realizar”. Da mesma forma, foi solicitado o aprimoramento da evidenciação destas informações nas Notas Explicativas.

Em virtude da aplicação da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os itens 1. Ativos e 2. Obrigações da Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e o item 4 da Demonstrações das Provisões Técnicas no exercício de 2014, foram revisados pela Administração, e quando aplicável certos ajustes foram efetuados para fins de apresentação. Desta forma, os resultados de 2014 ajustados estão apresentados a seguir:

QUADRO DO ATIVO LÍQUIDO – 2014

		VALORES REAPRESENTADOS	SALDO PUBLICADO ANteriormente
Q-4	1. Ativos	285.947	287.124
	2. Obrigações	89	1.266

QUADRO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – 2014

		VALORES REAPRESENTADOS	SALDO PUBLICADO ANteriormente
Q-6	4. Exigível operacional	89	263

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis da Prevcomins são aquelas substanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC, que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

a. Apuração dos Resultados

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as Contribuições de Autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

b. Realizável

O realizável Previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

c. Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

- **Títulos de Renda Fixa:** Representa, substancialmente as aplicações em cotas de Fundo de Investimentos de Renda Fixa que são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço.
- **Títulos de Renda Variável:** Representa, substancialmente as aplicações em cotas de Fundo de Investimentos de Renda Variável que estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação. Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA;
 - Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
 - Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.
- **Títulos para negociação:** registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do

prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

- **Títulos mantidos até o vencimento:** registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Na composição dos investimentos da carteira da PrevCummins não temos Ativos sem cotação no mercado que constem do laudo de avaliação econômica. Dessa forma, não há necessidade de adoção de premissas para sua avaliação, nem a escolha de preço do Ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada.

d. Exigível Operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a Benefícios pelos Participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

e. Exigível Contingencial

São registradas as ações que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira, cuja as probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados (deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais).

Estas provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

Essas ações estão classificadas entre Gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- **Perda provável:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer. Nessa classificação a Entidade constitui provisão para perdas e faz sua devida divulgação nas notas explicativas.
- **Perda possível:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota. A provisão para perdas não é reconhecida, entretanto, é divulgada nas notas explicativas.
- **Perda remota:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena. Não se faz necessário o registro de ou divulgação nas notas explicativas.

f. Patrimônio Social

f.1 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do Plano de Benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas sob a responsabilidade de atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos Benefícios concedidos e a conceder aos Participantes ou seus Beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

A provisão matemática de Benefícios concedidos representa o valor atual dos Benefícios do Plano com os compromissos futuros da Entidade para com os Participantes que já estão em gozo de Benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a Benefícios a conceder representam o valor atual dos Benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em usufruto de Benefício de prestação continuada.

f.2 Equilíbrio Técnico

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando às disposições do Plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

f.3 Fundos das Gestões Previdencial e Administrativa

O Fundo Previdencial é constituído pelo valor da conta de Patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos Benefícios ou Institutos e poderá ser utilizado pela Entidade.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pelas Patrocinadoras, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos Planos Previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade dos Planos.

g. Custeio Administrativo

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração Previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefícios Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos.

As receitas administrativas da Prevcummins são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Prevcummins e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

h. Imposto de renda na fonte

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos Participantes de Planos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar estruturados na modalidade de Contribuição Definida ou Contribuição Variável optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou Benefícios de renda sejam tributados no Imposto de Renda na fonte:

- (i) Por uma tabela regressiva, que varia entre 35% e 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do Participante no Plano de Benefícios, ou



- (ii) Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do Imposto de Renda na fonte para as pessoas físicas.

A Lei nº 11.053/04 revogou a MP nº 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

i. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos Ativos classificados em títulos para negociação, provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação

das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. Disponível

Apresentado pelo saldo bancário disponível em conta corrente no último dia útil do exercício social nas seguintes instituições financeiras:

	2015	2014
Imediato		
Banco Bradesco S.A.	-	54
Banco Santander S.A.	3	-
TOTAL DO DISPONÍVEL	3	54

5. Realizável

5.1 Gestão Previdencial

Referem-se a valores de Contribuições Previdenciais normais mensais devidas pelos Patrocinadores e Participantes.

	2015	2014
Recursos a Receber		
Contribuição do mês – Patrocinadoras	393	455
Contribuição do mês – Participantes	725	800
TOTAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL	1.118	1.255

5.2 Gestão Administrativa

	2015	2014
Contas a receber		
Contribuição para Custeio – Patrocinadoras	90	154
Depósito Judiciais/Recursais		
Pis/Cofins (*)	885	986
TOTAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	975	1.140

(*) Esse valor refere-se ao depósito judicial referente ação judicial conforme Nota Explicativa 7.

5.3 Investimentos

Os investimentos são administrados com base nas diretrizes determinadas pela Política de Investimentos devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade no exercício anterior. A gestão dos investimentos da PrevCummins é 100% (cem por cento) terceirizada, sendo os gestores Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, BNP Paribas e Guepardo Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2015, a composição dos investimentos está representada por Fundos de Investimentos em Renda Fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

a. Composição da carteira

A carteira está representada por Fundos de Investimentos em Renda Fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

	2015	2014
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa – Exclusivo	301.926	270.990
Banco Itaú (Exclusivo)	148.368	129.463
Banco BNP Paribas (Exclusivo)	81.099	100.443
Banco Bradesco (Exclusivo)	72.459	41.084
Ações	8.727	13.685
Outros Realizáveis	310.653	284.675
Ações Judiciais – Restituição (Nota Explicativa 5.3.e)	6.922	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	317.575	284.675

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Desta forma, as aplicações em fundos de Renda Fixa e de Renda Variável não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatados a qualquer tempo, observadas as políticas de investimentos e rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os títulos que compõem a carteira dos Fundos de Investimentos exclusivos estão demonstrados a seguir:

		2015				2014
TÍTULO	FUNDO	SEM VENCIMENTO	ATÉ 360	APÓS 360	VALOR CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL
Fundo de Investimentos						
Direitos Creditórios	Banco Itaú	674	-	-	674	911
Direitos Creditórios	BNP Paribas	1.949	-	-	1.949	2.271
Direitos Creditórios	Bradesco	1.244	-	-	1.244	1.662
Renda Fixa						
Caixa	Banco Itaú	86.518	-	-	86.518	-9
Caixa	BNP Paribas	11.364	-	-	11.364	23.508
Caixa	Bradesco	14.166	-	-	14.166	11.979
Caixa	Guepardo	51	-	-	52	13
Créditos Privados e Depósitos	Banco Itaú	-	9.048	-	9.048	9.611
Créditos Privados e Depósitos	BNP Paribas	-	19.591	-	19.591	21.700
Créditos Privados e Depósitos	Bradesco	-	17.170	-	17.170	13.522
Títulos Públicos	Banco Itaú	-	-	52.129	52.129	118.298
Títulos Públicos	BNP Paribas	-	-	48.184	48.184	48.289
Títulos Públicos	Bradesco	-	-	38.716	38.716	13.996
Renda Variável						
Companhias Abertas	Banco Itaú	-	-	-	-	65
Companhias Abertas	BNP Paribas	-	-	-	-	3.290
Companhias Abertas	Guepardo	8.674	-	-	8.674	13.543
Instituições Financeiras	BNP Paribas	-	-	-	-	1.423
Investimento no Exterior						
Instituições Financeiras	Bradesco	1.163	-	-	1.163	-
Outros						
Mercados Futuros	BNP Paribas	-	-	11	11	-
Opções – Ações	Banco Itaú	-	-	-	-	603
Contas a pagar/receber		-	-	-	2	-
TOTAL		125.803	45.809	139.040	310.653	284.675

b. Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Os títulos privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido mensalmente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, em função da classificação dos títulos.

c. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos

Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Entidade é feito através do cálculo da divergência não planejada.

Risco de Crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito a Entidade utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante para a Entidade que mantém um percentual confortável de seus recursos totais em Ativos de liquidez imediata, evitando a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos Previdenciais no curto prazo.

Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Legal

Como forma de gerenciar o risco legal, a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de Investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procura buscar informações no

mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomar todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

d. Custódia dos títulos e valores mobiliários

As aplicações no segmento de Renda Fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), por meio de custodiantes próprios dos gestores das carteiras de investimentos, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, BNP Paribas e Guepardo Investimentos.

e. Outros realizáveis

	2015	2014
Ações Judiciais – Restituição	6.922	-
TOTAL DE INVESTIMENTOS	6.922	-

Refere-se ação movida pela PrevCummins referente a repetição de indébito movida contra a União Federal, para restituição de Imposto de Renda pago indevidamente, já que a Entidade declara sua imunidade tributária.



6. Exigível Operacional

6.1 Gestão Previdencial

	2015	2014
Retenções a recolher	231	89
TOTAL DE GESTÃO PREVIDENCIAL	231	89

6.2 Gestão Administrativa

	2015	2014
Contas a pagar	197	139
Folha administrativa	52	23
Serviços de terceiros	145	116
Retenções a recolher	62	35
TOTAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	259	174

7. Exigível Contingencial

7.1 Gestão Administrativa

	2015	2014
PIS/COFINS	885	1.003
TOTAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	885	1.003

Em Dezembro de 2007, conforme Ação Ordinária nº 2007.34.00.043193-0, a PrevCummins moveu processo pleiteando provimento jurisdicional que desobrigue a Entidade de recolher as Contribuições do PIS e da COFINS e pedido de compensação dos valores recolhidos a partir de 2001. O valor atual do processo registrado contabilmente por motivo de depósito judicial consta do quadro acima. O Patrocinador do processo é Junqueira de Carvalho e Murgel Advogados.

Em Dezembro de 2001, a PrevCummins formalizou a opção pelo regime especial de tributação previsto no artigo 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, obtendo o Benefício do pagamento do Imposto de Renda provisionado na contabilidade no montante de R\$3.976, com isenção de juros e multa. Em Setembro de 2006 foi feito o pedido de devolução do valor, por Ação de Repetição de Indébito

nº 0006687-37.2006.4.03.6119 por motivo da PrevCummins estar declarada como Entidade Imune. Este processo não está registrado contabilmente por tratar-se de pagamento realizado diretamente a Receita Federal, ou seja, não foi pagamento por depósito em juízo. O Patrocinador do processo é Cavezzale Advogados Associados

Em Setembro de 1993, a PrevCummins, moveu processo de Imunidade Tributária, depositando em juízo os valores correspondentes ao Imposto de Renda, calculado sobre os ganhos de seus investimentos.

Em Agosto de 2002, de acordo com o Acórdão proferido no Processo nº 95.03.093940-2, cujo trânsito em julgado ocorreu nesta data, foi declarada a Imunidade Tributária da PrevCummins, para todos os fins de direito.

Em Junho de 2012, o resultado deste processo foi extremamente positivo para a PrevCummins, sendo uma das Entidades que tiveram o direito de receber o valor depositado em juízo integralmente. E, neste cenário, o maior beneficiado foram os Participantes que já faziam parte do Plano entre 1993 a 2002, os quais receberam a devolução deste valor nesta data. O Patrocinador do processo foi Cavezzale Advogados Associados

Em dezembro de 2015, a PrevCummins, através dos índices divulgada no site do Banco Central do Brasil para atualização e movimentação dos depósitos judiciais, atualizou o saldo, originando uma reversão por conta de uma atualização feita a maior no passado.

7.2 Outros Realizáveis

	2015	2014
Provisão – Ações Judiciais	6.922	-
TOTAL DE INVESTIMENTOS	6.922	-

Conforme assessores jurídicos da PrevCummins, a referida ação movida contra a União encontra-se em avaliação pelo Ministério Público e é classificada pelo mesmo com probabilidade de perda possível. Entretanto, a Entidade considera prudente seu integral provisionamento em 31 de dezembro de 2015.

9. Patrimônio Social

9.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela WILLIS TOWER WATSON, contratada pela Prevcummins, e representam os compromissos

acumulados no encerramento do exercício, oriundos de Benefícios concedidos e a conceder a Participantes, Assistidos e seus Beneficiários.

	2015	2014
Patrimônio Social	311.374	285.858
Patrimônio de Cobertura do Plano	306.356	281.079
Provisões Matemáticas	305.823	280.364
Benefícios Concedidos	91.688	68.233
Contribuição Definida	88.492	65.287
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização (*)	3.196	2.946
Benefícios Futuros Programados	2.233	2.057
Benefícios Futuros Não Programados	963	889
Benefícios a Conceder	214.135	212.131
Contribuição Definida	214.135	212.131
Equilíbrio Técnico	533	715
Resultados Realizados	533	715
Superávit Técnico Acumulado	533	715
Reserva de Contingência	533	715
Fundos	5.018	4.779
Fundo Previdencial	1.304	1.090
Reversão de Saldo por exigência Regulamentar	1.304	1.090
Fundo Administrativo	3.714	3.689

(*) O saldo de Benefícios definido estruturado em Regime de Capitalização refere-se aos valores de Benefícios futuros dos 11 Beneficiários em gozo de Benefícios de renda mensal vitalícia.

9.2 Equilíbrio Técnico

De acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008 alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do Passivo contábil})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Para o Plano de Benefícios Prevcummins temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 7,00) = 17\%$	17%

Uma vez que o Superávit Técnico Acumulado é menor que 17% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o valor de R\$ 533.

Para Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, passa a ser obrigatória o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme o disposto no artigo nº 28 da Resolução CNPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondentes à diferença entre o valor de tais títulos calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Para o Plano de Benefícios Prevcummins, uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

9.3 Fundos

O Fundo da Gestão Previdencial (Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar) é constituído pela parcela do Saldo da Conta de Patrocinadora que for destinada ao pagamento de Benefícios ou de Institutos e poderá ser utilizado na forma prevista no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Prevcummins, observado o disposto na legislação vigente.

O Fundo da Gestão Administrativo (Fundo Administrativo) corresponde ao valor apurado decorrente das sobras entre as Contribuições para a cobertura das despesas administrativas Previdenciais e as despesas administrativas Previdenciais mensais efetivamente incorridas.

10. Movimentação das Provisões Matemáticas e Fundos

A movimentação do exigível atuarial e dos Fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	CONSTITUIÇÃO NO EXERCÍCIO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos	68.233	23.455	91.688
Benefícios a Conceder	212.131	2.004	214.135
Total de Provisões Matemáticas	280.364	25.459	305.823
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	715	(182)	533
Total do Equilíbrio Técnico	715	(182)	533
Fundos			
Previdencial	1.090	214	1.304
Administrativo	3.689	25	3.714
TOTAL DE FUNDOS	4.779	239	5.018

10.1 Hipóteses e Métodos Atuariais

Para apuração das provisões matemáticas de Benefícios concedidos referentes à parcela de Benefício Definido do Plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2015	2014
Hipóteses Econômicas		
Taxa de Juros ⁽¹⁾	4,5%	4,5%
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável
Capacidade Salarial/Benefícios	97%	97%
Hipóteses Biomédicas		
Mortalidade	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de Inválido	IAPB-57	IAPB-57

(1) O indexador utilizado é INPC do IBGE.



Os Benefícios do Plano são avaliados pelo Regime de Capitalização e pelo método atuarial de Capitalização Financeira.

Foi concluído em 2015 o estudo de aderência da taxa real anual de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23/2015. Nesse estudo, quando apurada a TIR dos Passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50%, suporte para adoção da taxa real de juros de 5,13% a.a. para o Plano de Benefícios. Essa taxa é inferior a taxa de juros máxima indicada pela legislação. Assim, com um intervalo de confiança de 65% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos Ativos é compatível com a taxa real de juros de 4,50% a.a., utilizada na avaliação atuarial de 2014.

Face ao exposto, a taxa real anual de juros de 4,50% foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2015 por ser adequada às características da massa de Participantes vinculados ao Plano de Benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo das despesas.

11. Evolução da Cota

A evolução do valor da cota do patrimônio, incluindo o Fundo Administrativo, bem como sua rentabilidade nos exercícios, são as seguintes:

PLANO PREVCUMMINS	EM 31/12/2015	EM 31/12/2014
Patrimônio social	311.374	285.858
Valor da cota unitário (R\$)	131,82	119,35
Rentabilidade no exercício (%)	10,45	9,36
Meta atuarial (%) *	16,28	11,81

* Meta Atuarial: INPC + 4,5% a.a. para 2014 e INPC + 4,5% a.a. para 2015.

12. Critério de rateio

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da PrevCummins serão custeadas integralmente pelo Plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a Gestão Administrativa e do Fluxo dos Investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

13. Plano de Gestão Administrativa – PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o Regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

14. Governança, gestão e controles internos

A Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos Planos de Benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. A Prevummins em consonância com as boas práticas de governança vem ao longo do tempo introduzindo controles na busca de melhoria dos processos, tendo como consequência mitigação de riscos.

15. Transações entre partes relacionadas

As partes relacionadas da Prevummins podem ser assim consideradas: os Participantes e as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para

oferecimento do Plano de Benefícios Prevummins para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social do Plano. Conforme consta na Política de Investimentos, vigente para o ano de 2015, são vedadas as aquisições de quaisquer títulos, inclusive títulos de crédito, de emissão das Patrocinadoras do Plano de Benefício administrados pela Prevummins.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Prevummins não mantém saldo decorrentes de transações com partes relacionadas, a não ser pelo curso normal das atividades do Plano.

16. Apresentação dos efeitos da consolidação

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015, para que o registro obrigatório do patrimônio do Fundo Administrativo, registrado no Plano de Benefício como Participação do Plano de Gestão Administrativa, tenha o seu resultado nulo no Balanço Patrimonial:

CÓDIGO	CONTA	VALOR
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	3.714
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo	3.714

Patrícia Diniz de Paiva
Diretora Superintendente
CPF nº 965.846.297-91

Angélica Alves de Araújo
Dir. Adm. Contábil – AETQ
CPF nº 842.785.958-91

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador – CRC 1SP-221255/O-0
CPF nº 011.932.857-71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da Prevummins – Sociedade de Previdência Privada

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Prevummins – Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do Ativo Líquido, das mutações do Ativo Líquido, do Plano de Gestão Administrativa e das provisões técnicas do Plano para exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prevummins – Sociedade de Previdência Privada em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são oriundos das Demonstrações Contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 16 de março de 2015.

São Paulo, 15 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefícios Prevcummins, administrado pela Prevcummins Sociedade de Previdência Privada, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade posicionado em 31/12/2015.

As empresas Patrocinadoras do Plano de Benefícios Prevcummins são:

- Cummins Brasil Ltda;
- Prevcummins Sociedade de Previdência Privada;
- Cummins Filtros Ltda; e
- Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda.

Após análise detalhada desses dados e correções feitas pela Entidade e por suas Patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das Patrocinadoras, do administrador do Plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As Patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de Benefícios oferecidos pela Prevcummins aos Participantes e respectivos Beneficiários do Plano de Benefícios Prevcummins.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2015.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o Regulamento vigente aprovado pela então Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 518, de 30/09/2013.

I. Estatísticas

BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/12/2015
Participantes Ativos (considerando os Autopatrocinados)	
Número	1.687
Idade média (em anos)	36,9
Tempo de serviço médio (em anos)	7,6
Participantes em aguardo de Benefício Proporcional	
Número	79

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	RENTA VITALÍCIA	RENTA FINANCEIRA	CONSOLIDADO
Número de aposentados válidos	7	145	152
Idade média (em anos)	77,2	63,5	64,1
Valor médio do Benefício (em reais)	2.480	4.800	4.686
Número de aposentados inválidos	1	1	2
Idade média (em anos)	80,7	55,6	68,1
Valor médio do Benefício (em reais)	606	953	780
Número de pensionistas (grupos familiares)	3	7	10
Idade média (em anos)	73,4	67,8	69,5
Valor médio do Benefício (em reais)	2.287	1.710	1.883

II. Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PrevCummins e contam com o aval das Patrocinadoras do Plano de Benefícios PrevCummins, conforme a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para apuração das provisões matemáticas de Benefícios concedidos referentes à parcela de Benefício Definido do Plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2015	2014
Taxa real anual de juros	4,50%	4,50%
Projeção do crescimento real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Benefícios do Plano	97%	97%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57

OUTRAS HIPÓTESES	2015	2014
Composição familiar		
Benefícios concedidos	Composição informada	Composição informada

Foi concluído em dezembro/2015 o estudo de aderência da taxa real anual de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Os dados cadastrais dos estudos foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo da PrevCummins e com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa Real Anual de Juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos Benefícios Definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela Entidade Fechada de Previdência Complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de Custeio e ao fluxo futuro de receitas de Contribuições e de pagamento de Benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela PrevCummins para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de Benefícios do Plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em março/2014 e segundo as regras do Plano de Benefícios estabelecidas no Regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos Passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,13% a.a. para o Plano de Benefícios. Essa taxa é inferior à taxa de juros máxima indicada pela Portaria PREVIC nº 197/2015 para esse Plano (5,56% a.a.). Assim, com um intervalo de confiança de 65% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos Ativos é compatível com a taxa real de juros de 4,50% a.a. (utilizada na avaliação atuarial de 2014).

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Prevcummins informamos que a taxa real anual de juro de 4,50% foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2015 por ser adequada às características da massa de Participantes vinculados ao Plano de Benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de despesas.

Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo

Fator aplicado sobre os salários e Benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e Benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção do fator de 97% para os Benefícios do Plano reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,00%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com Benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos Participantes dos Planos de Benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de Participantes dos Fundos de Pensão.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Prevcummins, realizou, em março de 2014, estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral e Tábua de Mortalidade de Inválidos. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2014 são as indicadas por esse estudo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os Benefícios do Plano são avaliados pelo Regime de Capitalização e pelo método atuarial de Capitalização Financeira.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do Plano e atendem ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

III. Patrimônio Social

Com base no Balancete do Plano de Benefícios Prevcummins de 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social é de R\$ 311.373.834,83.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos Ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Prevcummins. A Prevcummins informou que os títulos desse Plano estão enquadrados na categoria “títulos para negociação”.



IV. Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a com-

posição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	306.356.265,29
Provisões Matemáticas	305.823.524,62
Benefícios Concedidos	91.688.281,04
Contribuição Definida	88.492.019,92
Saldo de Conta de Assistidos	88.492.019,92
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.196.261,12
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.232.875,84
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	963.385,28
Benefícios a Conceder	214.135.243,58
Contribuição Definida	214.135.243,58
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	104.535.974,71
Saldo de Contas – Parcela Participantes	109.599.268,87
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	532.740,67
Resultados Realizados	532.740,67
Superávit Técnico Acumulado	532.740,67
Reserva de Contingência	532.740,67
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a realizar	0,00
Fundos	5.017.569,54
Fundo Previdencial	1.304.058,82
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.304.058,82
Fundo Administrativo	3.713.510,72

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pela parcela do Saldo da Conta de Patrocinadora que não for destinada ao pagamento de Benefícios ou de Institutos e poderá ser utilizado na forma prevista no Plano de Custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, observado o disposto na legislação vigente.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CGPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à Constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Para o Plano de Benefícios Prevcummins, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 7,0) = 17,0\%$	17,0%

Uma vez que o Superávit Técnico Acumulado é menor que 17,0% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o valor equivalente a R\$ 532.740,67.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Ajustes de Precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e a aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto no artigo nº 28 da Resolução CNPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Para o Plano de Benefícios Prevcummins, uma vez que não há títulos públicos federais atrelados à índices de preços na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do Passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 comparado com o Passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2015.

VALORES EM R\$			
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO EM %
Passivo Atuarial	305.823.524,62	305.752.497,94	0,02
Benefícios Concedidos	91.688.281,04	91.617.254,36	0,08
Contribuição Definida	88.492.019,92	88.492.019,92	0,00
Benefício Definido	3.196.261,12	3.125.234,44	2,27
Benefícios a Conceder	214.135.243,58	214.135.243,58	0,00
Contribuição Definida	214.135.243,58	214.135.243,58	0,00

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 305.823.524,62, 1,05% (R\$ 3.196.261,12) são atuarialmente determinados com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de Benefícios concedidos relativa às rendas mensais vitalícias. Os 98,95% restantes (R\$ 302.627.263,50) são provenientes dos saldos de conta formados pelas Contribuições dos Participantes e das Patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da PrevCummins.

A variação positiva da provisão matemática de Benefício Definido foi resultado da sobrevivência de todos os Participantes que recebem renda mensal vitalícia no exercício.

VI – Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001 e também com as disposições previstas no Regulamento do Plano, as Patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2016, as Contribuições normais previstas no Regulamento do Plano estimadas em 3,24% da folha de salários de participação dos Participantes do Plano. Essa estimativa considera a manutenção do atual nível de contribuição dos Participantes bem como a folha salarial informada na data-base dos dados.

As Patrocinadoras poderão utilizar durante o ano de 2016, mediante reversão mensal, os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, desde que sejam suficientes para financiar as Contribuições mensais da Patrocinadora equivalentes a 3,24% da folha de salários de Participantes. Esgotados os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar ou na hipótese de serem insuficientes para cobertura da contribuição do mês as Patrocinadoras deverão retomar o recolhimento mensal das Contribuições.

Para o exercício de 2016 a contribuição para custeio das despesas administrativas será igual a 0,75% da folha de salários de participação. Fica facultada a utilização dos recursos do Fundo Administrativo para cobertura das despesas administrativas. A utilização do Fundo Administrativo poderá ser alterada pelo Conselho Deliberativo no decorrer do exercício, limitada à totalidade dos recursos alocados no Fundo.

Participantes

As Contribuições básicas dos Participantes, previstas no Regulamento do Plano, foram estimadas em 4,08% da folha de salários de participação dos Participantes do Plano. Essa estimativa considera a manutenção do atual nível de contribuição dos Participantes bem como a folha salarial informada na data-base dos dados.

Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão realizar, além de suas Contribuições, as Contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora para cobertura do Benefício programado, acrescidas da contribuição para cobertura das despesas administrativas correspondente a 0,75% do total de suas Contribuições vertidas ao Plano (Participante e Patrocinadora), observando o valor mínimo de R\$ 5,02.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar Contribuições mensais para cobertura das despesas administrativas no valor de R\$ 5,02 a serem deduzidos de seu Saldo de Conta, conforme previsto no Regulamento e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O valor mínimo de contribuição administrativa dos Participantes Autopatrocinados e Benefícios Proporcionais Diferidos será revisto em 01/07/2016, mediante critério a ser definido e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Tendo em vista a natureza do Plano e a vinculação, nesse tipo de Plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, a contribuição realizada pelo Participante e índice de adesão ao Plano, as taxas de Contribuição Definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – Conclusão

O superávit do exercício de 2015, avaliado em R\$ 532.740,67 apresentou uma variação que não é significativa quando comparado ao valor do superávit de 2014. Conclui-se que a situação alcançada no exercício precedente foi mantida praticamente intacta.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Prevcummins da Prevcummins Sociedade de Previdência Privada, informamos que o Plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

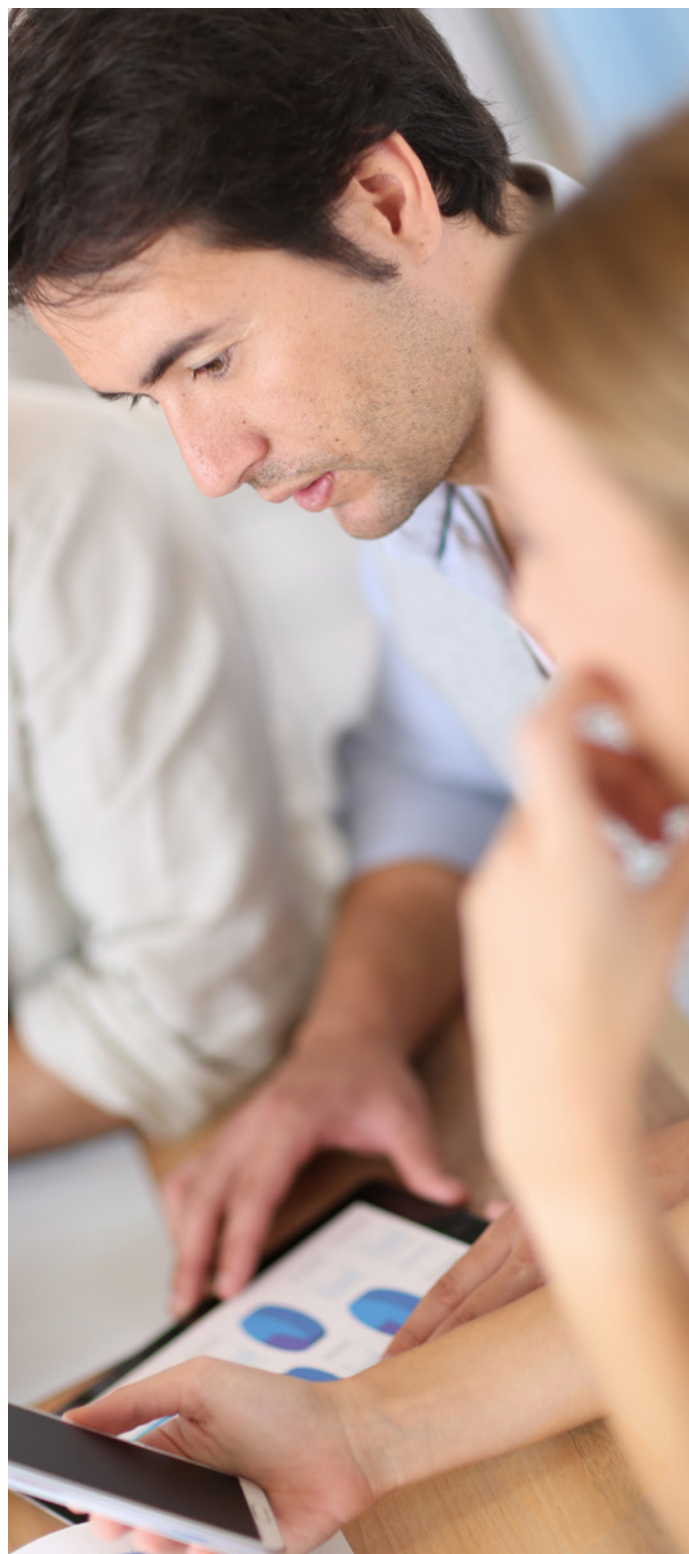
Este parecer atuarial foi elaborado para Prevcummins com o proposto de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou se deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Prevcummins em relação a todas as questões relativas a este documento, de se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 2016.

Renato Vianna
MIBA nº 966

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco
MIBA nº 842



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2016.

Aos onze dias do mês Março do ano de 2016, às 15:30 horas, na sede da Entidade, na Rua Jati, 310, Bairro de Cumbica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se o Conselho Deliberativo da PREVCUMMINS – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, RONALDO DE ANDRADE FLORIDO, que indicou a mim, ADRIANA MARTINELI BARBOSA, para secretariá-lo. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedeu a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes; e b) outros assuntos de interesse da Entidade. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação dos Srs. Conse-

lheiros, os documentos citados nos itens "a" da Ordem do Dia, apresentados pela JCMB Consultores em conjunto com a Diretoria Executiva em reunião ocorrida no dia 03/03/2016, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstrações, assim como foi examinada pelo Conselho Fiscal da Entidade, em Reunião Ordinária em 11 de Março de 2016. Discutido o assunto, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria Executiva da Entidade. Os documentos objeto das deliberações, supra mencionados no item "a" da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Entidade. Finalmente, passando para o item "b" da Ordem do Dia o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 11 de Março de 2016.

Ronaldo de Andrade Florido
Presidente da Mesa

Adriana Martineli Barbosa
Secretária da Mesa

Fabiano de Luca

Mauricio Rossi

Rafael M. Cecilia

Marcelo A. S. Pereira

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2016.

Aos onze dias do mês Março do ano de 2016, às 14 horas e 30 minutos, na sede da Entidade, à Rua Jati, 310, Bairro de Cum-bica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se o Conselho Fiscal da PREVCUMMINS – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente deste Conselho Fiscal, Sra. **ROSELI GOMEZ FERNANDES CORSO**, que indicou a mim, **CLAUDIA CRISTINA AMATRUDA**, para secretariá-los. Na conformidade da Ordem do Dia, o Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberou consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstra-

ção do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e das informações constantes nas Demonstrações Atuariais (DA Web), em 31 de dezembro de 2015, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer que delas faz parte integrante. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou a Sra. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 11 de Março de 2016.

Roseli Gomez Fernandes Corso
Presidente da Mesa

Claudia Cristina Amatruda
Secretária da Mesa

Mirian Midori Kina

Katia Regina da Silva

Edson Reis Pavani Junior



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2016.

Aos onze dias do mês Março do ano de 2016, às 09:00, na sede da Entidade, á Rua Jati, 310, Bairro de Cumbica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se a Diretoria Executiva da PREVCUMMINS – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos a Diretora Administrativa, Sra. ANGÉLICA ALVES DE ARAÚJO, que indicou a mim, DELANY K. S. C. ROCHA, para secretariá-la. Instalada a reunião, por determinação da Sra. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes; e b) as informações constantes nas Demonstrações Atuariais (DA Web), em 31 de dezembro de 2015; c) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, a Sra. Presidente submeteu   apreciação e aprovação da Diretoria Executiva

as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstr  o do Ativo Líquido – DAL, Demonstr  o da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstr  o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes a qual foi por todos aprovados. Prosseguindo, a Diretoria Executiva deliberou submeter à apreciação dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade, os documentos citados no item “b” da Ordem do Dia, destacando que as informações constantes nas Demonstrações Atuariais (DA Web), em 31 de dezembro de 2015, sendo os mesmos também aprovados. Após o que, a Diretoria Executiva deliberou pela submissão, ao Conselho Deliberativo, dos referidos resultados para aprovação daquele colegiado. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia, a Sra. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou a Sra. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 11 de Março de 2016.

Angélica Alves de Araújo
Presidente da Mesa

Delany K. S. C. Rocha
Secretária da Mesa

Laurinete Paganotti Resende

Silvana Regina de Oliveira







Prevcummins

Rua Jati, 310 | Cumbica | Guarulhos, SP

CEP 07180-900

(11) 2186-4627 / 4926 / 4534

www.prevcummins.com.br